

Por uma epistemologia orientada à complexidade: notas sobre a pesquisa no campo da Comunicação

Márcio Carneiro dos Santos

Como já detalhei em textos anteriores (SANTOS, 2018; SANTOS, 2019) o vínculo epistemológico entre o campo da Comunicação e as Humanidades e Ciências Sociais formatou um modo de operação científico fortemente focado nas atividades da descrição e da interpretação.

Uso aqui o termo interpretação não num sentido mais geral, em que a partir de um conjunto de dados tentamos identificar, por exemplo, padrões ou correlações, mas sim como um tipo de abordagem onde o pesquisador, baseado nos traços específicos da sua formação, crenças pessoais e experiências anteriores, tomará este conjunto particular como uma espécie de chave a ser usada para decifrar e explicar o fenômeno para o qual está olhando.

Para entender melhor as consequências disso tomemos, apenas de forma exploratória, o caso de um antropólogo que vai estudar uma cultura diferente da sua, esteja ela num território distante, na internet ou geograficamente bem próxima, como uma tribo urbana que existe na mesma cidade onde reside.

Nesta situação, se o propósito é conhecer aquela cultura, o pesquisador com certeza dedicará um bom tempo observando e registrando o maior número de detalhes possível; o que se constituirá no material de pesquisa que vai utilizar para buscar a lógica interna, que estrutura e dá sentido às interações, significados e crenças que os indivíduos daquele mundo particular compartilham. Posteriormente, numa publicação, usará este conjunto empírico coletado para descrever minuciosamente tudo que encontrou.

Um dos desafios do antropólogo será então obviamente utilizar sua formação, treinamento, experiências anteriores e tudo mais que puder ar-

regimentar para concluir seu estudo, entretanto, observando um detalhe: todo este ferramental particular não valerá como chave de interpretação para compreender a lógica interna daquele mundo ou daquela cultura, simplesmente porque, se valesse, a alteridade intrínseca daquele mundo particular ou não existiria (pondo em dúvida a necessidade de estudá-lo) ou estaria tão contaminada pela presença ou interferência do pesquisador que este simplesmente faria o papel histórico tão frequente do colonizador, do invasor ou do incauto, que de forma atabalhoada, contribui para desfigurar e, em alguns casos, até destruir aquilo que encontra.

O exemplo do antropólogo nos ajuda a compreender os riscos, em termos científicos, de extrapolar determinados limites. Já ouvi muitos pesquisadores da Comunicação alegarem que não existe objetividade completa entre o que observa e o que é observado. Esta é uma afirmação que remete a uma questão filosófica que extrapolaria o escopo deste texto, mas com a qual, em tese, concordo.

Contudo, e aí me valho dos números, uma coisa é dizer que determinada característica não existe numa concentração de pureza total ou de 100% por cento. Outra completamente diferente é usar isso como uma espécie de liberdade poética para não se preocupar com o quanto de subjetividade vai se imprimir a um estudo, que se propõe científico.

O mais paradoxal é que, pesquisadores da Comunicação, com este tipo de pensamento, normalmente usam como referência a Antropologia e seus métodos para, por exemplo, desenvolver detalhadas descrições sobre os objetos observados. Entretanto, alguns se esquecem do limite que ao antropólogo foi ensinado: o de não transformar o outro em um reflexo da sua própria imagem (o que sempre é mais simples) e, ao invés disso, exercitar a humildade e o desprendimento de abrir mão das suas próprias verdades e crenças (o que poderíamos chamar também de zona de conforto), para aprender, e daí apreender, outra lógica, outra forma de olhar o mundo ou de existir nele; aquela intrínseca ao seu objeto de estudo, muitas vezes, não tão disponível ou fácil de desvelar-se.

Há uns seis ou sete anos atrás, estava na sessão de apresentações de um grupo, num dos principais eventos acadêmicos do país. Aguardando minha vez, assisti à exposição de uma doutoranda da área que, a partir de uma amostra com cerca de 10 (dez) *tweets* publicados por um veículo de

mídia, elencou um conjunto de conclusões e achados, utilizando análise de discurso, sobre as intenções e motivações dos jornalistas e do próprio veículo ao publicarem os *posts*.

Perguntei a ela se ao conversar com os jornalistas ou responsáveis por aquela redação ela tinha encontrado evidências ou relatos que corroborassem as conclusões a que tinha chegado. Ela me disse então, calmamente, que não tinha ido à redação e que seu trabalho baseava-se na análise dos textos coletados a partir dos *tweets* (10).

Ressalto que a discussão que proponho aqui não se refere, por exemplo, à opção por uma abordagem qualitativa ou quantitativa. No caso relatado acima, um procedimento qualitativo adicional, que seria a entrevista com os responsáveis pela redação, traria um salutar movimento de triangulação, importante para validar as impressões pessoais do pesquisador, até ali baseadas apenas nos textos e na sua própria capacidade de interpretá-los.

O mais grave é que a etapa que sugeri não deixou de ser feita por preguiça ou falta de vontade de quem conduzia a pesquisa, mas porque, baseada na formação que recebeu, a pesquisadora convenceu-se de que os textos, observados através da análise do discurso, eram suficientes para explicar tudo que tinha acontecido.

Naquele dia comecei a observar o quão comum era, entre os trabalhos da Comunicação, o uso da interpretação pessoal, de maior ou menor profundidade, como instrumento básico do fazer científico, bem como a enorme quantidade de ensaios, críticas, estudos de caso, divagações e textos opinativos, travestidos de artigos científicos, apresentados nos eventos acadêmicos nacionais.

Explico aqui, em separado, a razão de ter listado os estudos de caso no parágrafo anterior. Tal modalidade, plenamente válida, presente em qualquer manual de metodologia científica, na Comunicação, parece se comportar como um vírus que sofreu uma mutação. Ao mesmo tempo em que responde por ampla parcela do que é publicado, também se distanciou de sua característica principal de estudo exploratório que antecede ou mapeia situações específicas dentro de iniciativas maiores de investigação, para se tornar uma forma mais rápida e menos comprometida de fazer pesquisa, e pior, guiada basicamente pela vontade do autor que gosta de assunto A ou B e, por isso, escolhe escrever sobre ele, como um cronista dominical.

Feitos os ajustes regulamentares e a costura de autores mais conhecidos está feita a pesquisa, às vezes até sem coleta de dados e apenas com as considerações pessoais do proponente, baseadas na sua capacidade treinada e apurada de interpretar o mundo e convertê-lo à própria imagem e semelhança.

Como a construção narrativa é uma habilidade forte entre os que estão nesse ramo, produzem-se peças de grande beleza, algumas tão perfeitas que quase nos fazem esquecer que aquilo deveria ser um conjunto de achados científicos ou proposições teóricas **novas** que fizessem efetivamente avançar o campo de conhecimento ao qual estão vinculados. Nem sempre isso acontece.

A consequência natural deste tipo de empreendimento orientado mais ao próprio umbigo do que a fazer avançar o estado da arte do campo é a simplificação das relações de correlação e até causalidade, criando um conjunto de resultados ou achados de baixo valor científico.

São comuns as amostras pouco significativas ou com baixo potencial para inferências transformarem-se em provas cabais de que a verdade sobre aquela questão ou caso em estudo foi desvendada. Conclusões de caráter generalista extrapolam os limites do razoável, mesmo em situações onde o desenho metodológico não contemplou uma abordagem probabilística. Dá-se ao caso, específico e limitado, a condição de universo geral, valorizando as conclusões além do que poderiam ir.

Ainda na linha da simplificação extrema há o erro comum de avaliar questões que são multifacetadas, sobre as quais vários fatores interferem, apenas por um deles. É o caso dos adeptos das diversas linhagens teóricas que operam seguindo um modo monocrático de aproximação, como se vetores culturais, econômicos, tecnológicos, históricos, materiais e, às vezes até, simplesmente randômicos, não pudessem impactar determinado objeto de pesquisa que, muitas vezes, não pode ter sua complexidade reduzida e explicada pela análise reducionista de apenas uma dessas forças.

Um terceiro problema comum é a alegação, pouco fundamentada, de que, pelo campo da Comunicação tratar do fenômeno humano, inerentemente subjetivo e complexo, não pode operar seguindo determinados padrões associados ao fazer científico, amplamente aceitos, por quase todas as outras grandes áreas do conhecimento.

Tal situação é uma espécie de variante do direito adquirido às liberdades poéticas ao qual já me referi antes, como se os mercados, os movimentos da bolsa, a dinâmica do trânsito, as mudanças climáticas, os ecossistemas biológicos e tantos outros tópicos de pesquisa também não lidassem com a complexidade e com a interferência do fator humano em todos esses sistemas.

Observe-se aqui que a complexidade desconsiderada na questão da simplificação extrema, neste terceiro problema, ganha utilidade para justificar um eventual distanciamento dos números, das amostras probabilísticas, dos dados empíricos em geral, do desenho metodológico mais preciso, da divulgação ampla dos dados primários com os quais se trabalhou, inviabilizando o teste para replicar os resultados pelos pares; tudo isso empacotado na alegação genérica de ser contra um certo positivismo, nocivo à aproximação mais aprofundada em direção aos meandros humanos, só perscrutáveis por outra alma treinada na interpretação, semelhante e aberta a compreender.

Por fim, um problema relacionado a esta forma de atuação, vamos dizer assim, descuidada, é que ela parece ter um caráter hereditário, não no sentido explícito da transmissão genética, mas através dos processos de formação de pesquisadores da área, nos quais o modo padrão de abordagem descritivo-interpretativa, baseado inclusive na Antropologia, é replicado em escala e sem muitas considerações críticas, outro paradoxo interno.

Por décadas tudo isso nunca foi um problema. As pesquisas, artigos, livros e apresentações de trabalho baseadas nesta tradição, por seu caráter “*mainstream*”, sempre tiveram vida longa e próspera nesse ambiente protegido e especial, onde todos sabem o que tem que fazer e como devem fazer. Quem não sabe aprende, reforça o paradigma e continua tudo bem.

Entretanto, o passar do tempo e o complexo conjunto de transformações no ecossistema comunicacional contemporâneo, oriundo das características específicas do ambiente digital, começaram a expor algumas rugas nesta forma de conduzir as coisas.

Como decifrar ou prever os movimentos frenéticos no ambiente simbólico das plataformas de mídias sociais? Que teorias ou ferramentas utilizar para, não digo nem explicar, mas pelo menos registrar fenômenos tão complexos, variados, criados por volumosa produção de informação e em

velocidade estonteante, como as *fake news*, por exemplo? Será o destino dos pesquisadores da área encarnar a metáfora utilizada por McLuhan sobre aquele que dirige o carro com os olhos no retrovisor?

O cenário onde tais fenômenos ocorrem é caracterizado por processos que têm como características a velocidade, a variedade e o volume das informações produzidas (GONÁLEZ-BAILÓN, 2013; LEWIS, WESTLUND, 2015; LIMA Jr., 2012; MAHRT, SCHARKOW, 2013). Tal fato inviabiliza determinadas abordagens que pouco podem contribuir para a sua compreensão, simplesmente porque não conseguem sequer identifica-los, registrá-los e, muito menos, buscar neles semelhanças ou divergências para classifica-los (SANTOS, 2019, p. 147).

O ambiente digital e toda a gama de transformações já devidamente apontadas por vários estudos teóricos importantes de dentro e fora do campo em questão, como em Castells (1999), Chwe (2000), Feenberg (2002), Lemos (2002), Santaella (2003), Vilches (2003) entre outros, já são relativamente antigos e consolidados o suficiente para que se entenda que a fronteira a expandir, o estado da arte que se deseja, não está mais na pesquisa constatatória, repetitiva e baseada numa espécie de análise combinatória dos elementos disponíveis, que muda apenas a configuração ou embalagem dos mesmos, já amplamente conhecidos. Pior ainda: renomeando coisas anteriores apenas para dar a elas ares de novidade, numa espécie de corrida à lua onde a finalidade principal não é o avanço científico e sim a pretensão de deixar seu nome para a posteridade, mesmo tendo apenas rebatizado e maquiado o que já existia.

Poderia exemplificar essa tendência aplicando-a agora mesmo e criando o termo *retag* para denominar tal prática de caráter cientificamente duvidoso.

Quando o mais do mesmo começa a incomodar, uma variante é também apropriar-se de conceitos bastante sólidos de outras áreas e dar a eles o tal tratamento interpretativo-criativo a que me refiro, sem se preocupar em entender de forma correta o significado e relações que tais constructos trazem originalmente dessas áreas; como já se observou com o conceito de transmídia, bem como os mais recentes focos de atenção ascendentes: complexidade, pesquisa aplicada e algoritmos.

Que consequências advêm destas práticas? Faltam teorias, hipóteses, conhecimento novo acumulado que explique as dinâmicas contemporâneas do ambiente digital.

Ferramentas que poderiam ser úteis como a análise de redes sociais (ARS) e a modelagem baseada em agentes (MBA) são ainda pouco utilizadas, como a primeira, e praticamente desconhecidas, como a segunda, apesar de serem indicadas para situações de complexidade e operadas a partir da metáfora das redes.

Ressalto a centralidade e a importância de olhar e pensar sobre uma sociedade, uma economia e sobre o próprio desenvolvimento tecnológico através dessa metáfora, para a compreensão de fenômenos do ecossistema informacional da internet.

Por questões óbvias, tal direção não estava disponível para muitos teóricos que tinham o ambiente analógico como referência. A teoria das redes e as possibilidades inerentes a ela já existiam há um bom tempo na matemática, mas simplesmente não estavam no radar dos que estudaram, dentro da comunicação, por exemplo, os veículos de massa.

Nenhum problema nisso. Contudo, este fato gera também a necessidade premente de um esforço de revisão das bases teóricas sobre as quais os pesquisadores atuais operam, excetuando talvez os historiadores da mídia, que ainda têm nessas ferramentas um conjunto válido e operacional de constructos e modelos.

O fato é que há muito que fazer e o descompasso, entre o que se apresenta no mundo real dos ambientes profissionais que envolvem as questões da comunicação e o que se faz na pesquisa científica do campo, não deveria ser agravado pelo negacionismo em admitir que operamos num ambiente de difícil apreensão, em mudança acelerada, e que, por isso, precisamos nos atualizar ou pelo menos nos abrir para novas perspectivas epistemológicas diante do quadro que enfrentamos.

Foram os jornalistas investigativos e os profissionais no ambiente organizacional que primeiro tiveram que lidar com esse tipo de problemas. Os dados dos portais públicos de transparência e as histórias que podiam conter escondidas atrás dos números; as métricas dos indicadores relacionados à presença nas plataformas de mídias sociais; as informações trazidas pelas ferramentas de monitoramento; a enxurrada de dados das soluções de analytics; tudo isso trouxe ao campo não apenas um conjunto novo de problemas, mas uma espécie de reação em cadeia que começou a impactar também a necessidade de novas habilidades desses profissionais, diferentes formas de abordagem, a busca por novos modelos de negócio e, por que não também, a revisão e readequação teórica e epistemológica de um saber que tinha sido construído num mundo analógico, bem diferente do atual (SANTOS, 2019, p. 147).

Khun (2009) já descreveu detalhadamente o cenário onde um determinado paradigma científico precisa ser renovado quando seu ferramental teórico torna-se incapaz de dar respostas válidas a um contexto normalmente novo ou transformado. No campo da Comunicação o ambiente digital e sua ontologia própria parecem ter sido os gatilhos para que tal processo.

Em Santos (2019) está listado um conjunto de medidas possíveis que são deixadas como uma colaboração, no sentido de lidar com a necessidade de, não substituir, mas com certeza reconfigurar o paradigma científico atual da nossa área. São elas: ampliação epistêmica; extensão metodológica; interdisciplinaridade; revisão teórica; diversificação de habilidades e atualização nos programas de formação de profissionais e pesquisadores.

De forma simples significaria a percepção e provavelmente o início de um caminho em que a complexidade é percebida como elemento central em muitos dos objetos de pesquisa que ora temos que enfrentar no ecossistema informacional digital. Um desafio que só pode ser encarado com o aprendizado de novas ferramentas, a conexão com áreas e abordagens até então estranhas ao nosso cotidiano e a certeza de que não podemos transformar o mundo no que achamos que ele deveria ser, apenas para tornar nossa vida de pesquisadores mais fácil ou confortável.

Entenda-se aqui que minhas alegações não tem o sentido de invalidar ou desconhecer todo o trabalho teórico feito por gerações de pesquisadores nacionais que praticamente criaram e desenvolveram do zero um saber nacional voltado aos estudos da Comunicação. Pelo contrário, cada um, ao seu tempo, efetivamente contribuiu de forma valorosa para a expansão da fronteira do conhecimento no campo.

Os clássicos, amplamente citados e utilizados, continuam com seu valor intocável. A questão a ser tratada aqui é outra. Não há dúvida que os que vieram antes de nós fizeram o seu trabalho. Cabe aqui perguntar é se, hoje, como pesquisadores que se propõem a desenvolver uma ciência da Comunicação, estamos fazendo o nosso.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHWE, Michael S. Communication and coordination in social networks. **Review of Economic Studies**, 67, p. 128-156, 2000.

FEENBERG, Andrew. *Transforming technology: a critical theory revisited*. New York: Oxford University Press, [E-book], 2002.

GONÁLEZ-BAILÓN, Sandra. **Social Science in the era of Big Data**. Penn Libraries, 2013. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/6e78/b1133713cb17aabb3bf421a6e51bc538eca.pdf> . Acessado em 23/07/2017;

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEWIS, Seth; WESTLUND, Oscar. Big Data and Journalism – Epistemology, expertise, economics and ethics. In: **Digital Journalism**. Vol. 3, 2015, pags. 447-466.

LIMA JR., Walter. Big data, jornalismo computacional e data jornalismo: estrutura, pensamento e prática profissional na Web de dados. In: **Estudos em Comunicação** nº 12, págs. 207 a 222. Covilhã : UBI, 2012. Disponível em <http://www.ec.ubi.pt/ec/12/pdf/EC12-2012Dez-11.pdf> . Acessado em 21/07/2017.

MAHRT, Merja; SCHARKOW, Michael. The value of Big Data in Digital Media Research. In: **Journal of Broadcasting & Eletronic Media**. Vo. 57, 2013. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08838151.2012.761700> . Acessado em 23/07/2017.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Márcio. Pesquisa aplicada em comunicação – o estranhamento da interdisciplinaridade que nos assombra. **Revista Comunicação e Inovação**. V. 19, Nº 41, págs. 18 – 33, 2018. Disponível em: < https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5469 > . Acessado em 09/11/2020.

_____. A datificação de um campo de conhecimento. **ORGANICOM USP**. Ano 31, Segundo semestre de 2019, págs. 145-157, 2019. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/161444/159283>>.
Acesso em 27/03/2020.

VILCHES, Lorenzo. **A migração digital**. São Paulo: Loyola, 2003.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)